

Como se vê, várias medidas, com vários objetivos. É importante ressaltar que mantêm-se os mesmos problemas internos que levaram ao Cruzadinho mas o fato novo é que por motivos a serem melhor explicados, nossa balança comercial deteriorou-se de maneira nunca vista antes, a partir de agosto. As autoridades procuraram manter as aparências de que tudo ia bem e os juros continuaram a ser pagos, às custas de nossas reservas de moedas estrangeiras. A situação de complicou de tal forma que vemos negociações com governos e bancos estrangeiros que permitam simples e unicamente fechar as contas desse ano, afastando o fantasma da "moratória" por alguns meses.

Como objetivos maiores do Plano Cruzado II (e não esfriar o consumo, absolutamente menor), podemos colocar:

- a) Geração de recursos adicionais para o saneamento das finanças públicas. Segundo boletim do DIEESE, o novo pacote "recolheria 160 bilhões de cruzados a mais, 140 dos quais seriam usados para amortizar a dívida interna".
- b) Aumentar a rentabilidade de determinados setores, dominados por grupos internacionais (automóveis, remédios, cigarros).
- c) Desestimular as importações, pela redução da demanda interna, e estimular exportação de produtos agora mais disponíveis.

Somando-se com a alta abusiva da taxa de juros, estimulada pelo governo, sob a alegação de repatriar dólares estacionados no exterior (devido a melhor remuneração), podemos ver a subordinação de nossa economia, no médio prazo, às atribuições do pagamento dos encargos da dívida externa e da dívida interna. As opções para o tratamento de uma e de outra são listadas abaixo, ficando a discussão do mérito de cada uma delas para uma ocasião posterior, pois envolve outras variáveis; principalmente políticas.

DÍVIDA INTERNA

- i) Continuar a rolagem, amortizando quando e como fosse possível.
- ii) Desvalorização pura e simples da dívida.
- iii) Capitalização da dívida, transformando títulos financeiros em ações de estatais.

DÍVIDA EXTERNA

- i) Continuar a rolagem, amortizando quando e como fosse possível.
- ii) Moratória (parar de pagar inclusive os juros)
- iii) Capitalização da dívida, transformando títulos financeiros em ações de estatais.
- iv) Renegociar a transferência de recursos, pagando menos juros e estendendo prazos de amortização.

O que chama atenção para o momento é que não é mais possível adiar por muito tempo a opção entre cuidar apenas de pagar as dívidas (interna e externa) ou centrar as preocupações nos aspectos mais sociais da economia. Resumindo, no jargão econômico, tratamento "ortodoxo" ou "heterodoxo", respectivamente. O Cruzado II aponta da 2ª para a 1ª opção, mas fica no meio do caminho. Portanto, em relação às decisões fundamentais, é apenas um "paradoxo". O que quer dizer que vem mais pacote pela frente.

José Benedito Schneider

adunicamp

BOLETIM 027/86.

UNICAMP, 11/12/86.

cruzado II

na berlinda

Tendo em vista o impacto provocado pelo Plano Cruzado II e as perspectivas reais de novas medidas contencionistas num futuro próximo, a ADUNICAMP entendeu que é muito importante a formação de um referencial de discussão da economia brasileira. Pretendemos, por um lado, que cada professor esteja razoavelmente capacitado para a discussão do assunto e, por outro, que as medidas coletivas eventualmente necessárias tenham amplo respaldo da base da nossa associação.

Neste sentido, foi solicitado a dois professores ligados à área de Economia que preparassem textos concisos, expondo seus pontos-de-vista e possibilitando atingir os objetivos citados. O espaço está aberto a todos aqueles que tenham colaboração a dar, nessa direção.

UMA ANÁLISE DO "CRUZADO II"

Para discutir o "Cruzado II" e suas prováveis consequências, é necessário voltar à estratégia que orientou o "Cruzado I" para desobrir que obstáculos foram gerados ao longo de sua implementação. Frente a uma economia caminhando célere para a hiper-inflação, embora a existência de considerável capacidade ociosa na indústria, o "Cruzado I" se propôs a vencer a inflação através do crescimento. Seria necessário um período de transição, onde os preços e salários estariam congelados, para eliminar as chamadas expectativas inflacionárias. Porém, o essencial da estratégia do "Cruzado I" seria a preservação do crescimento nesse período de transição. O crescimento, ao lado do ataque à ciranda financeira que garantia os ganhos especulativos nos mercados financeiros, incentivaria os empresários a retomarem os investimentos produtivos. O aumento da capacidade produtiva permitiria no futuro uma maior liberdade aos preços sem o espectro da inflação.

Quanto aos desequilíbrios mais notórios da economia brasileira, o entulho econômico legado pelo regime militar, destacando-se os enormes estoques da dívida pública interna e externa, o "Cruzado I" foi conservador. A dívida pública interna teve a sua velocidade de crescimento (a chamada "rolagem" da dívida) substancialmente reduzida pela combinação de políticas monetária e fiscal. A dívida pública externa permaneceu praticamente intocada, dada a aposta do governo na abertura dos mercados financeiros internacionais a novas solicitações de crédito pelo Brasil. Assim, empréstimos novos compensariam parte dos juros devidos, diminuindo a transferência líquida de recursos ao exterior.

O sucesso do "Cruzado I" foi tão grande que surpreendeu seus executores tanto quanto seus críticos. A economia brasileira deve registrar em 1986 uma taxa de crescimento superior a de 1985, a inflação até outubro foi muito baixa segundo qualquer índice disponível na praça, o emprego e os salários cresceram vigorosamente. O próprio sucesso do "Cruzado I" desviou a atenção de que hipóteses cruciais da estratégia global não se cumpriam da maneira esperada.

O principal é que os investimentos privados não aumentaram da maneira esperada. Havia uma acentuada ampliação da capacidade produtiva a curto prazo, através de investimentos leves e novos turnos de trabalho, mas sem garantir a regularização da oferta de produtos no médio e longo prazos. Principalmente as grandes empresas multinacionais relutavam em investir. Por outro lado, os investimentos públicos, cruciais em áreas de insumos básicos como aço e energia elétrica, foram retardados. Não havia como financiá-los dada a estratégia conservadora adotada para a dívida pública interna e externa. Lembremos aqui que o programa histórico do próprio PMDB sempre destacou a necessidade de desvalorizar parte do estoque da dívida pública interna, promover uma vigorosa reforma tributária e colocar limites às transferências de recursos ao exterior como preâmbulo para uma política reformista.

PLANO CRUZADO (FEV/86).

Embora tenha sido uma medida de caráter estritamente monetário (como disse o ministro João Sayad, no programa RODA VIVA, TV CULTURA, de 08/12 p.p.), o Plano Cruzado teve como efeito colateral um processo de redistribuição de renda, em favor das camadas menos favorecidas (ver artigo do Prof. Paul Singer, que mostra não ser verdadeira a afirmação de que todos os setores de trabalhadores ganharam). O objetivo fundamental do Plano Cruzado nunca foi o de proporcionar ganhos aos trabalhadores mas, ao estancar a ciranda financeiro-inflacionária, permitir um desafogo à rolagem da dívida pública interna, criar um clima de lucratividade garantida aos investimentos no setor produtivo "et pour cause" deslocar grandes massas monetárias da esterilidade especulativa para férteis investimentos produtivos, que teriam, inclusive, um crescimento do poder de compra dos assalariados esperando por eles. O que se assistiu foi a excelente reação da população ao congelamento de preços e a continuação da luta pela recuperação de níveis salariais dignos, agora mais facilmente contabilizáveis. A recepção dos "rentiers" não foi nada boa mas não puderam reagir naquele momento devido à inesperada (até para o governo) mobilização da população, que vislumbrou uma oportunidade de sair da posição de constante perdedor na luta da economia.

O CRUZADINHO (JUL/86)

Sob a alegação de um crescimento insuportável da demanda, provocado por ganhos salariais "incompatíveis" com nossa economia, veio o compulsório sobre gasolina, álcool, automóveis e viagens ao exterior, o Cruzadinho. Deixando de lado a polêmica da forma de devolução e da destinação dos recursos arrecadados (não há até a data de hoje, clareza sobre os destinos do Fundo Nacional de Desenvolvimento), o Cruzadinho representou uma entrada líquida respeitável de recursos extra-orçamentários para o governo federal.

Pode-se interpretar essa ação como uma tentativa de carrear, para o setor produtivo, um volume de dinheiro que, esperava-se no Plano Cruzado, deveria vir da especulação financeira. E nunca veio. A realidade foi mais forte e presume-se (seria interessante que o governo apresentasse os dados) que esse dinheiro tenha servido para rolar e amortizar parte da dívida interna. Portanto, não é bem fundamentada a alegação de um suposto "excesso de demanda" que deveria ser enxugado para evitar a intensificação das pressões inflacionárias.

Por outro lado, no período Fev/Jul, assistiu-se em quase todo o país um hiper-aumento dos aluguéis residenciais e comerciais, além da intensificação de outras formas especulativas, o que faz supor uma transferência das massas monetárias da ciranda financeira para outros setores não-produtivos, em busca de uma valorização mais fácil e mais alta. No "front" externo, a situação era de quase-estabilidade, com o saldo na balança comercial estritamente necessário para satisfazer os juros cobrados pelos banqueiros internacionais, com a rolagem quase automática das amortizações do principal.

PLANO CRUZADO II (Nov/86)

É evidente que as medidas do Plano Cruzado II já estavam decididas em outubro (talvez setembro) e que só não foram aplicadas antes devido às eleições de 15 de novembro. Não entrarei no mérito da "realpolitik" que presidiu essa decisão nem na forma decreto-lei usada (não concordo nem com uma nem com outra).

Novamente, medidas de contenção do "excesso de demanda": aumento nos preços de automóveis, gasolina, álcool, açúcar, bebidas alcoólicas, cigarros, remédios e táxis, além de algumas tarifas públicas, como energia elétrica, telefones e correio. Criação da Caderneta Pecúlio e o Plano de Poupança e Investimento do Trabalhador (P.A.I.T.).

Além disso: descongelamento dos aluguéis; nova alteração do índice de custo de vida; regulamentação do "gatilho" da escala móvel de salários; taxa de câmbio flexível; extinção de alguns órgãos governamentais.

Outro obstáculo que se fez imediatamente presente foi a incapacidade da agricultura brasileira de suprir alimentos aos novos consumidores. O regime militar havia deixado armada outra bomba para explodir qualquer intento reformista. No entanto, a redução na "conta petróleo" permitiu enormes importações de alimentos que minçaram os problemas de abastecimento urbano. Somente quando o governo hesitou longamente ao enfrentar o desafio dos pecuaristas é que se generalizaram as crises de desabastecimento e os ágios. Foi o sinal verde para a especulação.

Porém, o que explica a pressa e o conteúdo do "Cruzado II" foi principalmente a constatação de que o país se encaminhava para uma imprevista crise cambial. As reservas cambiais já se haviam deteriorado durante o primeiro semestre. Mesmo assim o governo insistiu em sua estratégia de apostar na normalização do acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais. Essa hipótese foi sempre contada por vários economistas que preferiam o estancamento imediato da sangria de dólares a níveis toleráveis. Por razões de estratégia política interna ("não vamos abortar os novos investimentos privados com atitudes unilaterais que elevem o grau de incerteza na economia") o governo investiu num processo de negociação lento, em que pode resultar que nem os investimentos privados e nem os dólares se materializem.

Infelizmente, não foram apenas os economistas críticos da estratégia adotada para a renegociação externa que perceberam sua debilidade. Boletins reservados que circulam amplamente no meio empresarial desde junho apontavam para uma possível crise cambial. Os especuladores sentiram imediatamente a possibilidade de enormes ganhos caso se materializasse uma máxi-desvalorização do cruzado, alimentada das essas expectativas por uma central de boatos mantida por altos funcionários do regime militar. Em setembro e outubro as exportações registraram quedas notáveis, uma vez que os exportadores, convencidos da máxi, atrasavam os fechamentos de contratos de câmbio e a própria remessa física das exportações. O país sofreu um rude golpe nas suas reservas cambiais nesses dois meses e o sinal de alarme soou nos gabinetes econômicos. O "Cruzado II" nasceu às pressas.

Ao contrário do que todos esperavam, o "Cruzado II" não é uma simples correção de rota do "Cruzado I", informada pela prática de navegação desde março. O "Cruzado II" é a confissão aberta de que um "iceberg" (a crise cambial) atingiu o Titanic tropical, que não dispõe de salva-vidas para todos passageiros. Para evitar que o navio afundasse com rapidez fatal, recorreu-se ao receituário tão ao gosto dos conservadores práticos e alienígenas: contenção de demanda interna, menores gastos e investimentos públicos, desvalorização cambial acelerada, taxas de juros elevadas, contenção das importações. A contenção do crescimento dos salários reais ficou apenas implícita, certamente numa deferência especial ao PMDB. Porém basta concretizar-se a inflação acelerada já prevista para os próximos meses, induzida pela própria intensidade do reajuste, que o arrocho salarial nos levará ao reino da ortodoxia. E lá reencontraremos a nossa velha inimiga, a recessão.

Depois do desastre, talvez a nossa melhor chance seja a de que os nossos assustados credores, diante da perspectiva de que seus tesouros afundem com o Titanic tropical, nos cedam escaleres suficientes para chegarmos à praia mais próxima. Créditos novos podem afastar o espectro da crise cambial ao mesmo tempo que garantem a continuidade dos investimentos públicos, dos gastos sociais e do crescimento ainda que lento. Dada a estratégia anterior, a moratória hoje equivaleria a chegar nadando à praia mais próxima. Muitos podem não sobreviver. Em todo caso, os que chegarem à praia certamente terão o cuidado de trocar a tripulação antes de reiniciar a TRAVESSIA.

Mário Ferreira Presser

* As opiniões do autor neste texto são pessoais e não refletem necessariamente as do Centro de Estudos de Conjuntura ou do Instituto de Economia.

O CHOQUE "PARADOXO"

Esse artigo tem a finalidade de fornecer um referencial econômico para a discussão do choque "paradoxo" (CRUZADO II) não se furtando a algumas ilações políticas a ele relacionadas.

Na conjuntura econômica mais recente, podemos localizar, a grosso modo, três "fronts" intimamente relacionados mas que possuem especificidade suficiente para separá-los com o fim de facilitar sua apresentação. Questões mais estruturais como: redistribuição da propriedade da terra (Reforma Agrária), grau de independência de nossa economia em relação a outros países (reserva de mercado, tecnologia nacional, etc), a opção capitalismo x socialismo, e outras, são essenciais para um debate mais amplo; no entanto, para efeito desta análise conjuntural, são consideradas como dados do problema e não variáveis. Portanto, os três "fronts" podem ser catalogados como:

- i) o aparato produtivo propriamente dito, que iniciou o governo Sarney com alta taxa de capacidade ociosa (exceção: agricultura). Hoje, já se nota em alguns setores o esgotamento desta ociosidade.
- ii) as finanças internas, cujo principal destaque é a dívida pública interna do governo federal (estimada, hoje, em dezenas de bilhões de dólares) mas abrange a discussão do nosso sistema financeiro, taxa de juros, etc.
- iii) as finanças externas, com nossa dívida de quase 110 bilhões de dólares e que absorveu em torno de 24 bilhões de dólares de juros, apenas no governo Sarney. Também abrange nossa balança comercial, com um superávit médio mensal de 1 bilhão de dólares, até agosto p.p.